A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REGIÃO SUL: APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA

OLGA CELESTINA DA SILVA DURAND
PPGE/UFSC

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela confiança dos meus colegas coordenadores da VII[a] ANPED SUL - 2008, por terem me convidado para coordenar o Grupo de Trabalho de Jovens e Educação de Adultos. Agradeço também o apoio e a dedicação dos meus colegas Pareceristas, que em meio de suas tarefas rotineiras se mostraram compromissados e competentes, fazendo seus pareceres de uma forma crítica e contundente. Agradeço igualmente aos colegas que enviaram seus trabalhos para o GT, pois consideramos suas produções de suma importância para que se consiga avançar nos estudos e nas pesquisas da Educação de Jovens e Adultos.

Ao tomar ciência acerca dessa mesa de trabalho, na qual deveria apresentar os trabalhos do Eixo 6 – Educação de Jovens e Adultos, achei pertinente organizar alguns apontamentos que contextualizassem as pesquisas que vêm versando sobre Educação de Jovens e Adultos na Região Sul em 2008.

Foi com esse objetivo que me aproximei dos trabalhos que foram apresentados para a ANPED SUL 2008, que tem como temática central - A pesquisa e a Inclusão Social -, para verificar em primeiro lugar a intencionalidade das pesquisas, suas temáticas centrais, bem como, averiguar até que ponto essas proposições e discussões se aproximam dos debates que foram realizados no último Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA - e no FÓRUM da EJA, espaços de debate, que neste momento privilegiam a temática da VI[a] Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFITEA, cujo tema central está relacionado com a - aprendizagem ao longo da vida - no âmbito das possibilidades do diálogo e da avaliação das políticas de educação e aprendizagem de jovens e adultos na esfera internacional.

Dos trabalhos apresentados e aprovados no VII[o] Semanário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2008, que trata da *Pesquisa e a Inserção Social*, procurei saber qual a área do conhecimento que esses textos privilegiam, bem como me ative a extrair

desses estudos e das pesquisas elementos que aproximassem do entender da EJA, nos seus limites e possibilidades, como lugar e espaço de inserção social.

Sob essa ótica, constatei que dos 17 trabalhos aprovados três estão relacionados com as políticas Públicas de EJA; três têm suas temáticas relacionadas com os sujeitos da EJA (leiam-se aqui professores e educandos); quatro estão relacionados à formação de professores de EJA; e três ainda se referem a temas que se preocupam com EJA no contexto da sua pluralidade e diferença como aspecto de ensino da Educação Básica, como educação popular ou ainda na relação entre esses dois segmentos sociais.

Políticas Públicas de EJA

Dos artigos relacionados com as *Políticas Públicas* e seus desdobramentos na constituição da escolaridade dos Jovens e adultos, encontrei um que investiga a questão da licitação pública como espaço educativo de jovens e adultos tal como elemento que favorece a participação em processos políticos e sociais, os quais favoreçam a exposição e manifestação da palavra para pequenas transformações concretas, sugerindo a constituição da autonomia e socialização do ser humano..

Um segundo artigo sob essa área do conhecimento propõe-se a discutir a concepção do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, de uma forma crítica e contextualizada. Seus autores argumentam sobre a necessidade de aprofundamento das concepções, definição de público-alvo e dos objetivos do PROEJA, pois, neste caso, coloca-se o contraditório, ou seja, o risco e a possibilidade de mais uma vez este movimento reiterar a prática de programas assistencialistas, fragmentários e compensatórios, em detrimento da universalização da educação básica de qualidade..

Uma outra autora, em seu texto, questiona a relação entre ações públicas e privadas no contexto da Educação de Jovens e Adultos, problematizando o compartilhamento das ações que têm ocorrido entre o Estado e outras esferas, como as organizações não-governamentais. Salientam ainda as possíveis implicações que políticas dessa natureza emergem quando da construção de processos emancipatórios, ou seja, o papel do Estado perante as instituições de natureza privada.

Sujeitos envolvidos na EJA

Em se tratando dos artigos que se preocupam mais especificamente com os sujeitos que constituem a EJA, encontramos textos que discutem os temas do sofrimento

e a experiência, explorando a transversalidade do sofrimento ao problematizar a trajetória de ensino e aprendizagem entre educadores e educandos de EJA.

Entende o autor que há um movimento de articulação de saberes e poderes e abertura de espaço para que indivíduos, em especial educandos que passaram por formas dolorosas de exclusão e/ou privação, se autorizem a assumir a palavra e se revelem como sujeitos de linguagem.

Um outro artigo que se debruça sobre a questão dos sujeitos da EJA, mais especificamente sobre os Itinerários dos educandos da EJA, no mundo Globalizado da educação e do Trabalho. Tal estudo destaca a pertinência de Políticas Públicas para o atendimento educacional presencial qualificado a jovens e adultos, a potencialidade criadora de autonomização e empoderamento - pessoal e coletivo. Confirma ela que entre outros discursos apresenta a educação de Jovens e Adultos como “alternativa de ascensão social e de democratização de oportunidades”.

Um outro texto que se propõe a olhar mais de perto os educandos da EJA está relacionado com a pesquisa que foi desenvolvida com o objetivo de identificar através de uma avaliação com os alunos da modalidade de Basquete. Entende a autora que se a pesquisa e a produção de novos conhecimentos são fatores que melhoram o aprendizado na modalidade de ensino, não é diferente, pois, segundo ela, os alunos perceberem que há necessidade de avançar no conhecimento da modalidade esportiva pelo aprendizado do corpo e motivados pela construção de conhecimento e pela proposta metodológica da produção da pesquisa no ensino do basquete.

Exigências na Formação de Professores da EJA

Um primeiro texto sobre a formação de professores versa sobre os relatos de educadores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, os quais trazem como referencias as suas auto-imagem e auto-estima, quando trabalhados com as categorias das Vivências Pessoais, Profissionais e Sociais; Relatos de Aprendizagens e Expectativas de Aprender/ Motivações; Prospectiva de Vida e Futuro; Professora como Modelo. Sob essa ótica, os autores constataram que as práticas pedagógicas da EJA precisam estar alicerçadas em concepções mais humanista-existenciais, de respeito às vivências de cada aluno e de entendimento específico em cada fase da sua vida. Do contrário, não contribuirão para a formação de alunos adultos críticos e conscientes de seus processos de aprendizagem.

O outro artigo que se refere à formação de professores, nesse caso a relação com os educandos, analisa a relação estabelecida entre a perspectiva da Educação de Jovens e Adultos -(EJA) presente nos documentos oficiais e a perspectiva que emana da vivência escolar a partir da visão de educandos e educadores. O objetivo da investigação foi desvelar as contradições existentes na EJA, assim como seus limites e possibilidades no contexto atual. No que se trata dos limites, as autoras constataram que nessa modalidade de ensino, o semipresencial, existe uma insuficiência do diálogo, e as perspectivas dos estudantes são reduzidas à escolarização, ao invés de expandi-la num panorama de formação humana. No entanto, as autoras destacam a possibilidade essencial na relação entre professores e educandos, o respeito, a admiração e a cooperação entre os atores desse ato, que continuam sendo preponderantes na realimentação da EJA como resgate social.

No que se refere à formação de Professores da EJA encontramos um artigo que trata das exigências para esta formação, em que o autor entende que são de fundamental importância as contribuições que os alunos trazem de suas vivências inseridos em grupos sociais, culturais, políticos e religiosos, pois este entendimento traz elementos para a organização de um currículo que possibilite a efetivação do trabalho docente, bem como os movimentos sociais a que os alunos estão inseridos, trazendo para o campo de formação uma educação pautada no acesso e na permanência desse grande número de alunos que se encontram excluídos. Elementos esses que, no entender do autor, devem ser pressupostos na composição da organização de um currículo que contemple as contribuições advindas das vivências dos alunos e o conhecimento produzido historicamente pela humanidade, bem como as contribuições oriundas das parcerias entre governos, movimentos sociais e sociedade civil na formação do professor de EJA.

Os autores deste texto relacionam o princípio da educação de jovens e adultos (EJA) como um direito de todo cidadão com a educação ambiental (EA) também como um direito. Com base nessa semelhança é que estes pesquisadores se voltaram para uma proposta dimensão ambiental na EJA, sob o enfoque da Relação Ser Humano Natureza, Qualidade de Vida e Consciência. Esta proposta leva os autores a sublinhar a urgência e a necessidade de que os professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos, via formação continuada, se atualizem dentro do campo da Educação Ambiental, conheçam seu histórico e sua evolução, com finalidade de contraporem com suas próprias visões de mundo o que vem a ser EA, tal como projeto-processo.

As autoras desse texto trazem de uma forma instigante as lacunas das práticas educativas e indicam a sócioeducação da escola como alternativa possível para as classes populares, principalmente para os jovens envolvidos com medidas socioeducativas, sujeitos esses que carecem de outras visões do que realmente seja o processo educativo. Apontam autores que trazem a EJA como educação que percorre dois caminhos traçados sobre concepções e práticas distintas. De um lado, num caminho instituinte, emergem um conjunto de ações educativas permeadas por princípios teóricos que aliam a educação ao movimento da organização popular. De outro lado, num caminho instituído, estruturam-se práticas pedagógicas sistematizadoras voltadas para suprir a não-escolarização na idade considerada própria. No primeiro caso, elas denominam como modelo popular em ações educativas que se instituem a partir de iniciativas da sociedade civil, enquanto que no modelo escolar elas se constituem em iniciativas do Estado.

Alfabetização e Letramento na EJA

Em se tratando da Alfabetização e do Letramento dos Jovens e Adultos, encontramos um artigo que se propõe a discutir a atual questão de trazer o microcomputador como instrumento de apoio que se torna imprescindível nos dias de hoje na alfabetização de jovens e adultos. Os autores apóiam-se na teoria de Paulo Freire, que parte do pressuposto de que educação e tecnologia não constituem uma dicotomia.

Um dos aspectos discutidos nesse artigo versa sobre a disposição de alunos e professores face ao uso do microcomputador como instrumento de ensino/aprendizagem. Os autores apontam ainda para a proposta de que a alfabetização de jovens e adultos com suporte de meios digitais seria um recurso interessante e mesmo necessário no sentido de que, além de aprender a ler e a escrever, os estudantes seriam alfabetizandos digitais.

Esse artigo discute as práticas de letramento sobre uma perspectiva sociológica das práticas socias de leitura e de escrita, com as características dos sujeitos que as exercem, à investigação sobre o valor simbólico da escrita em contextos sociais e sobre o lugar que a leitura e a escrita ocupam como bens culturais. Ao considerar as significativas contribuições de Paulo Freire para a educação popular, propõem a recontextualização de suas idéias que enfatizam a alfabetização para além do domínio

do código escrito, indo em direção ao conceito de letramento. Este estudo objetiva, portanto, socializar propostas pedagógicas que apresentam práticas letradas desenvolvidas em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tendo em vista discutir quem seria o sujeito constituído como "analfabeto", a autora parte do pressuposto do termo "analfabeto" como uma "invenção" – tal como produto cultural datado –, procuro compreender como esse sujeito participante de um programa de alfabetização expressa através de sua produção textual suas percepções acerca da importância da alfabetização e da escolarização. A autora problematiza ainda as questões que envolvem o analfabetismo, a alfabetização e a escolarização envolta nas redes discursivas tencionadas pelas relações de poder.

O artigo tem como ponto de partida o tratamento dos Jovens e Adultos da EJA de que o estudo foi a condição por eles recebida como sujeitos socias que buscam na escrita a possibilidade de serem reconhecidos e pertencentes ao mundo da aquisição do código escrito, onde passam a ser os protagonistas das relações que constituem os espaços sociais. Os autores apresentam as produções textuais como elementos sociais que refletem não só os desejos, anseios e dissabores dos sujeitos que estudam na EJA, mas também a relação que eles constituem com a família, o trabalho e a escola, possibilitando ao leitor compreendê-lo em sua plenitude constitutiva de ator social. Os autores chamam a atenção para os espaços educativos e as escolas, que essa condição de produção de texto torna-se fundamental para que homens e mulheres da EJA sintam-se também partícipes e responsáveis pelas mudanças globais que lhes são apresentadas através da escrita.

IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ENEJA[4]

Deste encontro que tematizou a atualidade do Pensamento de Paulo Freire e a Políticas de Educação de Jovens e Adultos, analisei a Conferencia Inicial do Encontro, intitulada, *A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de Educação de Jovens e Adultos*, proferida pela profa Maria Margarida Machado. Com base nos estudos e discussões do segmento universidade do Fórum Goiano, professora privilegiou ba sua fala dois conceitos Freireanos para analisar o que o tema e os Fóruns sinalizavam: *trabalho coletivo* (incluindo o círculo de cultura) e *educação como direito*

[4] O texto da Professora Maria Margarida Machado encontra-se na íntegra no site www.fórum eja.org.

de todos. Problematizou ainda, o percurso e o significado dos Fóruns na luta por políticas públicas de EJA, marcando o dia 19 de setembro, data de aniversário de nascimento de Paulo Freire da sua forte presença nas políticas e ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

DOCUMENTO BASE NACIONAL PARA DISCUSSÃO DA VI CONFITEA[5].

Este documento põe em tela a panorâmica que retrata os desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e expõe temas como: os sujeitos da educação e Jovens e Adultos; estratégias didático-pedagógicas da EJA; a intersetorialidade da EJA e ainda EJA no Sistema Nacional da Educação: gestão, recursos e financiamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS APONTAMENTOS

Conforme havía anunciado, foi intenção primeira, ao organizar esses apontamentos, verificar as possíveis relações existentes entre os trabalhos apresentados no VIIº ANPED SUL, os quais privilegiam a pesquisa sobre a EJA, com documentos da IXª ENEJA, mais especificamente, a conferência de abertura desse encontro e o Documento Base Nacional que vem sendo discutido no FÓRUM DA EJA como subsídio para a preparação da VIª CONFITEA.

Ao analisar os documentos apresentados, constatei que a intencionalidade, as temáticas e os resultados das pesquisas, de uma forma geral, se aproximam da concepção, organização e dinâmica de trabalho da EJA. No entanto, é também visível o distanciamento destas do que vem sendo produzido e discutido no âmbito das políticas e dos movimentos populares que mobilizam e reivindicam os lugares e espaços da inclusão social da EJA. Grosso modo, poderíamos dizer que as pesquisas se orientam pela perspectiva da EJA, como escolarização e suas tramitações, e os FÓRUNs, como movimento social que, embora discutam a escolarização, também procuram dialogar com os movimentos populares inerentes à Educação de Jovens e Adultos.

Mais especificamente, foi constatado que:

[5] Documento Base Nacional (ainda mimeo) que vem sendo discutido nos Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e Nacional, e servirá com subsídio para as discussões de preparação para VI CONFITEA. Este documento traz elementos do quadro diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2007. Encontra-se na íntegra no site: www.mec.gov.br ou no site www.forumeja.org.br

Os textos da ANPED SUL relacionados com as políticas públicas são privilegiados, enquanto a intencionalidade no documento base, tanto no que se refere à participação social dos educandos da EJA, na licitação pública, do orçamento participativo como espaço educativo, como a discussão sobre a tensão que, de certa forma, ocorre nas relações entre as ações públicas e privadas na EJA.

Nesse bojo, ainda saliento a atualidade do texto que discute e faz certa critica sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Sob esse prisma, o Documento-Base corrobora quando diz: que a EJA pode ser considerada espaço de cultura e produção de conhecimentos e que exige políticas públicas para Jovens e Adultos que dêem conta da sua complexidade. Assim explicita:

> Políticas que se materializem mesmo como projetos e programas, com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais — governo federal, governos estaduais e governos municipais — e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

No que se refere aos textos relacionados com os sujeitos da EJA, constata-se que estes são temas privilegiados na discussão atual da EJA, mas, de certa forma, toma uma vertente afastada da discussão do sujeito como direito. Mais explicitamente podemos constatar que, no caso dos textos analisados, estes trazem questões como o sofrimento e a experiência como elementos da subjetividade da constituição dos sujeitos da EJA; o itinerário do mundo globalizado da Educação e Trabalho e automatização e empoderamento pessoal e coletivo que devem ser levados em conta ao se pensar os sujeitos da EJA. Já o Documento básico assim se pocisiona:

> A EJA é espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados — de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no

> planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA.

Já os textos relacionados com a formação de Educadores, professores e educandos apontam para a relação destes sujeitos e trazem como contribuição o entendimento de que o currículo da EJA deve levar em conta em sua organização e estrutura, temas que se refiram à auto-estima e auto-imagem dos sujeitos da EJA como suporte da construção de uma educação que se alicerce em concepções mais humanistas e existenciais; as vivências escolares que acontecem no cotidiano dos educandos, bem como as suas vivências em grupos sociais, e ainda apresentam a necessidade de ter um currículo que tenha como princípio a EJA como direito na relação com o direito da educação ambiental.

Esses parâmetros requerem formações iniciais e continuadas tanto para professores como educandos.

> Propõe o documento base que se pense um currículo que seja previamente definido, que passe pela mediação dos estudantes e seus saberes, e com as práticas dos seus professores, o que vai além do regulamento, do consagrado, do sistematizado em referência ao ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados. Reconfigurar currículo é tarefa de diálogo entre especialistas professores e até mesmo, estudantes. Não desafio individual, mas coletivo, de gestão democrática, que exige pensar mais do que uma intervenção específica: exige projeto político pedagógico para EJA como comunidade de trabalho/aprendizagem em rede, em que a diversidade da sociedade esteja presente.

Os textos que se referem à Alfabetização e Educação de Adultos tramitam entre o entendimento de que o microcomputador é um instrumento que apóia a alfabetização e que a educação e a tecnologia não são dicotômicas; a prática do letramento na perspectiva da sociologia que indica a leitura e escrita como uma prática social. Outra questão está voltada para a construção social do analfabeto, uma vez que analfabetismo, alfabetismo e a escolarização são redes discursivas tencionadas pelas relações de poder, e ainda a problemática que traz a condição dos educandos da EJA como sujeitos socias que buscam na escrita a possibilidade de serem reconhecidos e pertencentes ao mundo.

> Diz o documento base que as Políticas de Alfabetização da EJA vêm disputando concepções sobre o que é alfabetizar e garantir direito à educação

> para os sujeitos da EJA. A perspectiva é de formar leitores e escritores autônomos que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias pela escrita, sem prejuízo de outras formas de expressão como imagens que vai além do que tem sido observado em muitas práticas de alfabetização da EJA

Para finalizar, gostaria de salientar que dos apontamentos registrados encontrei temas que no meu entender estão no âmbito da concepção e do compromisso que temos com a Educação de Jovens e Adultos, que são comuns tanto para a Pesquisa com a EJA como nas discussões travadas nos seus FÓRUNs.

Para tanto, trago elementos da Conferência de Abertura do IXº ENEJA, proferida pela professora Maria Margarida Machado, quando nos lembra da perspectiva da educação libertadora, aquela que entende a educação de jovens e adultos como um direito para e de todos, não de forma consuetudinária, mas conquistado na luta diária de cada um de nós que aqui estamos e de tantos outros que aqui representamos. Sob essa égide, é inegável e atual pensarmos no Trabalho Coletivo que se comprometa de fato com uma organização social e política com capacidade de intervenção orgânica no campo da política pública de educação. Política esta que cada vez mais deixa de ser aquela que o outro vai assumir, mas aquela que cada um de nós e nossos segmentos temos que assumir.

REFERENCIAS

Textos apresentados no VII Seminário de Pesquisa da Região sul – Eixo 6- Educação de Jovens e Adultos. UNIVALI, Itajaí 2008.

MACHADO, Maria Margarida. A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de Educação de Jovens e Adultos In: IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. CD-room. Curitiba, Paraná. 2008. (conferência de Abertura)

MINISTÉRIOD DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade . Documento Base Nacional para A VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, março de 2008.